

## POLÍTICA

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

## Deputados limitam cedência a sindicatos

GUERREIRO / AL / CP



Deputado Bombeiro Bianchini (E) teve emenda prejudicada em plenário

Emenda atenuou proposta original do governo e conseguiu convencer aliados a aprovarem o projeto

A Assembleia Legislativa aprovou ontem, com 27 votos favoráveis e 21 contrários, o projeto de lei 148/2017 que limita a quantidade de servidores estaduais cedidos para o exercício de mandato eletivo em confederação, federação, sindicato, entidade ou associação de classe. Quando sancionada e tornada lei, a proposta de autoria do Executivo reduzirá do máximo de 11 cedências por sindicato para um teto de oito cedências, de acordo com a quantidade de servidores associados a cada entidade.

Para sindicatos formalmente constituídos, serão três dirigentes quando não atingir mil filiados; quatro dirigentes para quantidade de um a dois mil, acrescida de mais um dirigente a cada grupo de mil filiados, até o limite de oito, salvo ampliação mediante convenção coletiva de

trabalho. Para associações civis, o máximo será de três e para associações militares será de cinco servidores cedidos.

Apesar da aprovação, o texto vencedor desconfigurou a proposta original do governador José Ivo Sartori (PMDB), que pretendia limitar a um servidor cedido por sindicato. A proposta demonstrou-se incapaz de convencer a própria base do governo, que liderou duas retiradas de quórum para evitar a progressão da matéria em plenário.

A inviabilidade da proposta original provocou iniciativas para modificação do texto. Uma delas, de autoria do deputado Ciro Simoni (PDT), agradava mais aos servidores por estabelecer uma regra que alterava menos bruscamente a atual legislação. Ela, no entanto, foi descartada em decorrência de uma ação em plenário que favoreceu outra emenda, articulada pela base, a qual também atenuou o impacto da mudança, porém com menor aceitação entre sindicalistas.

## VENDA DA CEEE, SULGÁS E CRM

## CCJ redistribui projeto de plebiscito

A Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia votou ontem o parecer do deputado Lucas Redecker (PSDB) ao projeto de decreto parlamentar (PDL) 3/2017, que aprova a realização de plebiscito para autorizar a alienação, transferência do controle acionário, cisão, incorporação, fusão ou extinção da CEEE,

da Sulgás e da CRM. Mas, em função do resultado (6 a 5), a votação não foi conclusiva e o projeto, que havia recebido parecer favorável de Redecker, foi redistribuído. O novo relator é o deputado Frederico Antunes (PP), que prometeu "ser breve" na elaboração de suas conclusões.

Na prática, a partir da vota-

ção do parecer de Redecker, a pauta da CCJ avançou, mas o PDL não. O projeto segue em tramitação na CCJ, e, por enquanto, não há perspectiva de que governistas, opositores ou independentes alterem sua posição. Caso se mantenha o impasse, a ideia do plebiscito pode ser sepultada no colegiado.

## REI DO ÔNIBUS

## Rachel defende prisão de Barata

A procuradora-geral da República, Raquel Dodge, enviou ao STF parecer a favor da volta do empresário Jacob Barata Filho à prisão. Na mesma manifestação, Raquel defendeu a prisão de mais sete investigados na Operação Ponto Final, da Polícia Federal, uma das fases de investigação oriunda da Lava Jato. A PF investiga esquema de pagamento de propina a políticos e de fraudes em contratos do governo do Rio de Janeiro com empresas de transporte público. A procuradora sustenta que há provas concretas da "alta periculosidade" dos acusados". Segundo Raquel, há receio por parte da PGR de que eles voltem a cometer crimes.

**AUDITORES-FISCAIS: 1,5 BILHÃO DE CRÉDITO TRIBUTÁRIO LANÇADO EM 8 MESES DE 2017**

AUDITOR-FISCAL RECEITA para sair da crise

www.afisvec.org.br @afisvec

AFISVEC Associação dos Auditores Fiscais da Receita Estadual - RS



## TALINE OPPITZ

taline@correiodopovo.com.br

## Senado se desnuda

Quarenta e quatro senadores votaram para salvar Aécio Neves. Vinte e seis foram contrários. Com o resultado no painel, foi anulada a decisão da 1ª Turma do Supremo Tribunal Federal que havia determinado o afastamento do tucano do mandato e sua reclusão domiciliar noturna. O caminho para o desfecho do caso Aécio no plenário do Senado foi aberto pela própria Corte, que na última semana, em julgamento polêmico e de placar apertado, com o voto de minerva da presidente, ministra Cármen Lúcia, definiu que preliminares envolvendo parlamentares e com impacto nas atividades dos mandatos dependem de aval do Congresso Nacional. O Supremo mudou o entendimento considerando episódios recentes, como o de Eduardo Cunha, e saiu desgastado. Aécio retornará. Mas afinal, esperar o que de um Senado onde tradicionalmente, assim como na Câmara, o corporativismo e a proteção mútua falam mais alto? Majoritariamente, senadores que votaram para blindar Aécio usaram como argumento a necessidade de observar a Constituição e a independência entre os poderes. Balela. Se de fato a preocupação fosse com as prerrogativas da Casa, Aécio já teria, no mínimo, sido chamado a dar explicações no Conselho de Ética sobre as graves denúncias que pesam contra ele e sobre as gravações que protagonizou. A primeira ação contra o tucano no Conselho foi deliberadamente arquivada em operação abafa. O próximo capítulo será a retribuição da postura do PMDB no Senado pelo PSDB da Câmara, que analisa a denúncia contra Michel Temer. E assim, o Congresso vai cada vez mais se desnudando aos olhos da nação. Credibilidade não resta nenhuma para perder.

## Senadores criticam decisão de ministro

A decisão do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo, de que a votação para decidir sobre a manutenção do afastamento do tucano Aécio Neves, deveria ser aberta, gerou críticas. Segundo Ana Amélia Lemos, do PP, e Roberto Requião, do PMDB, em entrevistas ao programa "Esfera Pública", da Rádio Guaíba, a questão é "interna corporis", portanto, não caberia manifestação da Corte. Alexandre de Moraes foi sorteado relator de mandato de segurança da Rede Sustentabilidade para tentar impedir votação secreta. Ana Amélia e Requião votam pela manutenção do afastamento de Aécio, determinado pela 1ª Turma do Supremo.

## O mesmo Cada vez mais só

Ironicamente, o discurso de aliados de Temer, de que o presidente é um injustiçado e vítima de perseguição, por parte da Justiça, do MP e de ala da imprensa, é o mesmo utilizado pelos aliados de Lula.

Acumulando baixas no primeiro e segundo escalões, o prefeito Nelson Marchezan Júnior também enfrenta descontentamento crescente na Câmara de Porto Alegre. As insatisfações e críticas não estão restritas aos adversários e veedores dos chamados partidos independentes, como o PMDB. Também entre os poucos aliados do tucano o clima é pouco favorável. Hoje, o plenário da Casa se posicionará sobre o primeiro pedido de impeachment contra o prefeito. A investida, apresentada por dois taxistas, pode não avançar, mas, definitivamente, outras virão.

## Fundação Piratini notifica servidores da extinção

O presidente da Fundação Piratini, Orestes de Andrade Júnior, assinou ontem 247 notificações aos servidores da TVE e FM Cultura comunicando que o órgão será extinto com base na Constituição e na lei estadual neste sentido aprovada pela Assembleia. Os 224 funcionários, 20 cargos comissionados e os três diretores terão oito dias para eventual manifestação contrária, que deverá ser entregue diretamente no setor de protocolo da Fundação. Com os procedimentos iniciados, a Fundação Piratini será uma das primeiras a cumprir o processo de extinção após a concessão da liminar, pelo ministro do Supremo Gilmar Mendes, que suspendeu decisões da Justiça do Trabalho determinando a necessidade de acordos coletivos. Ao final do processo, as outorgas públicas da TVE e da FM Cultura serão repassadas à Secretaria de Comunicação. Do total de servidores, 42 têm estabilidade constitucional e seguirão atuando. A partir de hoje, também serão notificados servidores das cinco outras fundações que serão extintas, além da Superintendência de Portos e Hidrovias e da Companhia de Artes Gráficas.

## APARTES

Do senador Roberto Requião, do PMDB, no Twitter, ontem no final da tarde: "Dito por um senador amigo, até então, do Aécio: 'Não vou trocar meu pescoço pelo do Aécio'. Entenderam?"

Uma empresa do Grupo Herval

INVISTA NOS SEUS PROJETOS PAGANDO

**METADE DA PARCELA**

ATÉ A CONTEMPLAÇÃO.

Imóveis		Veículos	
	1/2 parcela		1/2 parcela
	*180 meses**200 meses		*100 meses**120 meses
600.000,00	1.845,00*	162.698,00	786,48*
350.000,00	1.195,95*	72.817,00	422,33*
150.000,00	512,55*	55.226,00	320,31*
80.000,00	273,36*	33.399,00	193,71*

hsconsorcios.com.br
0800 644 9007